

**MÍDIA, PODER E VERDADE:
DISCURSIVIDADE DO CORPO TRANSGÊNERO**

**MEDIA, POWER AND TRUTH:
DISCURSIVITY OF THE TRANSGENDER BODY**

Claudio Noel de Toni Jr.¹

RESUMO

O trabalho se estrutura sobre a abordagem de pessoas transgêneras femininas que sentem a necessidade de mudar seus corpos por meio de cirurgias de transgenitalização facial e corporal. O objetivo é percebê-las em três níveis: o corpo, o aspecto jurídico do corpo e a mídia. A transformação das resistências do saber-poder sob a abordagem de Michel Foucault se aplica a pessoas que lutam como sujeitos de resistência ao poder. O papel da mídia se dá pela criação da TV Justiça, que proporcionou a todos os brasileiros ver o julgado da Ação Direta de Constitucionalidade por Omissão (ADO 26) do Supremo Tribunal Federal (STF), que dada a ausência de lei própria, equipara a homo e a transfobia à prática racista. Há uma insurgência discursiva de grupos e Ongs como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) para mostrar, pela mídia, que há resistência, mesmo sendo o Brasil o país que mais mata transexuais no mundo, os quais têm uma expectativa de vida de 35 anos. O discurso está ligado à comunicabilidade midiática nos dias atuais pela ferramenta discursiva dos meios de comunicação de uma Internet globalizada, que fornece, hoje, a informação em tempo real do que acontece no mundo, minuto a minuto, inclusive a declaração do atual mandatário do governo de que “prefere ter um filho morto a ter um filho não heteronormativo”. Frase esta que será discutida nos resultados da pesquisa, os quais demonstram que se as pessoas transgêneras não são incluídas no que se entende por indivíduo e mesmo sujeito, a tendência é a majoração das mortes pelo simples fato de existirem, pois sua imagem incomoda as pessoas ditas normativas, discurso de ódio chancelado por um presidente contra uma classe já perseguida. Judith Butler, Gregolin e novas pesquisas sobre o tema, com destaque também para as telenovelas da TV Globo, possuem em seu discurso a intenção de reduzir a proliferação do discurso de ódio, mesmo com críticas de militantes de que em muitos casos, as atrizes interpretando

1 Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, São Paulo, Brasil. Mestrando em Linguística e Língua Portuguesa pela mesma universidade. claudio.noel@unesp.br; <https://orcid.org/0000-0001-5374-8475>.

os personagens não são transgêneras, e isso pode não representar a classe, fato que está mudando com a maior formação de atrizes transexuais. Em todos os fatores abordados, que são os corpos em transformação, aspectos jurídicos e transfóbicos e análise do discurso de vozes que não se silenciam pelo poder, está atrelada a mídia e a informação, que se propaga a todos pelo alcance da comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Transexuais femininas; Discurso e Mídia; Saber e Poder; Desconstrução.

ABSTRACT

The work is structured on the approach of female transgender people who feel the need to change their bodies through facial and body transgenitalization surgeries. The objective is to perceive at three levels: the body, the legal aspect of the body and the media, the transformation that the knowledge-power resistances under Michel Foucault's approach apply to people who struggle as subjects of resistance to power. The role of the media is given by the creation of TV Justiça that allowed all Brazilians to see the judgment of the Direct Action of Constitutionality by Omission (ADO 26) of the Federal Supreme Court (STF) which, given the absence of its own law, equates to homo and transphobia to racist practice. The discursive insurgency of groups and NGOs such as the National Association of Transvestites and Transsexuals (ANTRA) in showing through the media, that there is resistance even though Brazil is the country that kills the most transsexuals in the world, with a life expectancy of 35 years. The Discourse is linked to media communicability nowadays by the discursive tool of the media of a globalized Internet that provides today, the information in real time, of what happens in the world, minute by minute, including the exclusion of the current representative of the government of who "prefers to have a dead child than to have a non-heteronormative child". Phrase that will be discussed in the research results that, if transgender people are not included in what is understood by individual and even subject, the tendency is to increase deaths by the simple fact that they exist, because their image bothers so-called normative people, hate speech endorsed by a president of an already persecuted class. Judith Butler, Gregolin and new research on the subject, with emphasis also on the telenovelas of Tv Globo, have in their speech the intention of reducing the proliferation of hate speech, even with criticism from militants that in many cases the representations of the characters are not transgender and this may not represent the class, a fact that is changing with the formation of transsexual actresses. In all the factors addressed: bodies in transformation, legal and transphobic aspects, analysis of the discourse of voices that are not silenced by power, the media and the information that spreads to

<https://doi.org/10.23925/2318-5023.2022.n6.e60862>



everyone through the reach of communication are linked.

KEYWORDS: Female transsexuals; Speech and Media; Knowledge is power; Deconstruction.

INTRODUÇÃO

A definição do que é transexual e suas diferenças em relação a outros termos, como travesti, hermafrodita, intersexo, gay e lésbica faz da imaginação dos criadores de dogmas um discurso simétrico da verdade. Nos dias atuais, se usa comumente a sigla LGBTQIA+, com a qual se identificam: lésbicas, gays, transgêneros, pessoas queer, pessoas intersexo, assexuados, além do sinal de +, que indica a pluralidade de outros gêneros sexuais.

Há diversas críticas e há também outras siglas, dada a diversidade de gênero das pessoas e o interesse do espetáculo – pode-se citar a história de vida de Herculine Barbin, que ao ser perguntada pelo agente psiquiátrico qual era sua sexualidade, de modo impositivo, simplesmente lhe deu a maior de suas respostas: uma gargalhada.

O objeto de estudo como *corpus* é o transexual feminino, ou seja, pessoas que nasceram homens biológicos e que sentem a necessidade de mudanças corpóreas, visto que em seu interior não se identificam com seus corpos ao se olharem no espelho, mas por que esta escolha? Pois da mesma forma que existem transexuais femininas que não querem realizar qualquer procedimento cirúrgico, existem as que querem. Exemplo disto são os hospitais públicos do Sistema Único de Saúde (SUS), onde milhares de mulheres transexuais femininas realizam seus tratamentos com equipes multidisciplinares, como endocrinologistas, psicólogos, psiquiatras, ginecologistas e urologistas, para poderem realizar a cirurgia, sendo a redesignação sexual a mais almejada.

Não é o objetivo da pesquisa realizar a normatização da verdade, porém, para que haja maior compreensão, estipulou-se a definição de transgêneros como pessoas travestis e transexuais e que buscam a realização de cirurgias, dada sua insatisfação subjetiva com seu corpo, podendo em muitos casos ocorrer mutilações

e suicídio; sendo assim, o autor, por questão de metodologia, longe de adotar uma postura de domínio da verdade, sugere este *habitus* científico também adotado por outros pesquisadores.

A própria não aceitação de seu corpo torna-se, de início, uma luta do indivíduo transexual feminino, difícil e muitas vezes acompanhada de bullying na escola, risos no meio social em que gostariam de conviver e em muitos casos, o preconceito da própria família. Além disto, têm que conviver com os sujeitos alheios à família, ou seja, a sociedade.

Nesta sociedade na qual vivemos, em termos de brasilidade, vivenciamos as mais puras brutalidades para com as transexuais femininas, pois seu corpo mostra, na maioria das vezes, uma imagem distorcida do usual, da “mulher comum”, sendo um acontecimento que faz com que parte desta social-democracia queira eliminá-la de seus olhos por meio de xingamentos, berros, risos, agressão física e verbal e assassinatos (MEIRELLES, 2018).

Sendo o Brasil o país que mais mata transexuais no mundo, segundo estudo realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o problema poderia ser minimizado por um chefe de Estado que fosse no mínimo não-misógino; porém, sendo o Brasil o líder de assassinatos e violências de todas as naturezas com incentivo do atual presidente, qual a perspectiva de melhoria de políticas de inclusão de pessoas deste gênero? Deixo a reflexão para o leitor.

Devido à inércia não apenas do Poder Executivo, mas também do poder de quem deveria criar leis que apoiassem a não-violência e a dignidade humana para todos, foi necessária a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF) sob a relatoria do Ministro Celso de Mello. O autor Meirelles (2018), em sua Dissertação de Mestrado, destaca as nuances do discurso onde, por maioria absoluta de votos, equipara-se a transfobia ao crime de racismo, até que haja lei específica sobre a tensão. Julgado diferencia-se de lei, pois é um entendimento jurídico que pode ser

aplicado pelo judiciário ou não; não há uma obrigação legal. Mas por que foi necessário um julgado desta magnitude? Porque em linhas gerais, associações como a ANTRA, o Grupo de gays e lésbicas da Bahia, e toda uma sociedade não ficaram inertes diante do cenário de violência institucional contra pessoas que querem apenas viver, mas os outros se acham no direito de tirar suas vidas! Porém, o julgado ocorreu em 2019, já se passaram 3 anos, e não há qualquer expectativa de que o Congresso brasileiro adote lei que criminalize a transfobia, para evitar mais mortes e violências.

Mesmo neste cenário de sujeição ao poder, as pessoas resistem com o apoio do acolhimento de médicos, pesquisadores e organizações que, por meio da mídia, foram surgindo para lhe dar a voz: o YouTube, o Instagram, as telenovelas da TV Globo, e pesquisas que são divulgadas nesta rede global de comunicação e informação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Abordagem midiática do corpo trans e sua discursividade

As experiências entre o corpo e a ciência na mídia nos últimos anos foram promissoras no que tange a visibilidade transexual. Vemos um exemplo na obra de Lalo Nopes Honrich, que aborda três personagens transexuais em tempos diferentes: Ramona, interpretada por Cláudia Raia na novela “As Filhas da Mãe,” de 2001, Doroty, interpretada por Luiz Miranda em 2014, na dramaturgia “Geração Brasil”, e Ivan, homem trans na novela “A Força do Querer”, em 2017. Cita o próprio autor da obra que houve diversas críticas de grupos de defesa à população transgênera, pois as personagens não foram interpretadas por atrizes transexuais, e tampouco desde o começo se apresentaram ao público como mulheres trans, fato

que só ocorreu no transcorrer das novelas.

Isso pode ser respondido pelo fato de que as pessoas, em especial em horário das 19 horas, não estão acostumadas a ver o não habitual em suas TVs, até mesmo em novelas e tramas em horário noturno. Ainda estamos apenas no começo da disseminação de um discurso que tenta fazer as pessoas que as veem de suas casas entenderem que transgêneros são pessoas normais como quaisquer outras, e fatos como desligar ou mudar de canal, para uma emissora de TV, que vive também de audiência e patrocínio, faz com que os autores das novelas tendam a mudar o rumo destes personagens, conforme a aceitação ou não do público. Nossa sociedade evoluiu em linha descontínua de 2001 até 2022, com progressos e retrocessos (HOMRICK, 2020).

Esses retrocessos se dão também por discursos de ódio, proferidos em diversas ocasiões pelo Presidente da República. Em entrevista à revista Playboy em junho de 2011, ele disse a seguinte frase: “Prefiro ter um filho morto em acidente do que ter um filho homossexual”. O discurso de ódio e a invisibilidade de grupos minoritários, como pessoas transgêneras, são nítidos no próprio *slogan* de sua campanha à reeleição em 2022, pois em nenhum momento menciona pessoas que fogem à heteronormatividade em suas mídias eleitorais junto à primeira dama. Também vale ressaltar a Medida Provisória que exclui toda a população LGBTQIA+ de políticas públicas de Direitos Humanos. Conforme se lê na MP 870/2019, o que se entende por Direitos Humanos engloba: mulheres, índios, a criança e o adolescente, o idoso, a pessoa com deficiência, negros e minorias étnicas; ela foi posteriormente convertida em lei, em 2020 (BRASIL, 2020). O menosprezo pelo gênero trans se verifica na propaganda política, onde a primeira dama não menciona em nenhum momento pessoas não heteronormativas (MÍDIA, 2022a).

O discurso é direcionado a um público ideal, do qual grupos vulneráveis fazem parte, porém, exclui as pessoas gays que podem não demonstrar qualquer

visibilidade feminina no arquétipo de seu corpo e no andar; pode se tratar de um militar, um deputado transfóbico, porém, em muitas situações, é alguém que sofre em seu íntimo. Além, claro, das pessoas que usam adereços, roupas femininas, pinturas nos rostos e se identificam como mulheres, tendo nascido biologicamente homem! O que explica a proteção de outras classes vulneráveis no vídeo e nas falas midiáticas, com a exclusão da população LGBTQIA+? Poderia ser uma opção ideológica e política para angariar votos de evangélicos, que seguem ao pé da letra que os “pederastas” serão “ceifados no fogo do enxofre”, como no vídeo “Portas do Inferno não Prevalecerão sobre Nossas Famílias”? (MÍDIA, 2022b).

Cito a obra de Dal Piva (2022), “ O Negócio do Jair...”, que retrata com precisão o discurso para angariar votos da população evangélica, e define a fala pertencente aquele grupo, com postura ideológica e motricidade labial e tonal que simbolizam um “autêntico evangélico” brasileiro de classe menos abastada financeiramente, que acredita no discurso do Messias, seja ele quem for; explica a performática discursiva entre o enunciado, o enunciador e seus discursos, disseminados por uma rede de dispositivos massificados, as redes sociais. O público alvo é convencido de que terá benefícios se apoiar o sujeito, que fala exatamente o que o outro, seu objeto de busca, quer ouvir.

Outro fato é que, mesmo sem haver Censo Demográfico desde 2010, estima-se que aproximadamente 1/3 da população brasileira professa religiões protestantes, pentecostais e neopentecostais, fato que pode alavancar a tendência de votos no atual presidente, pela simbiose que existe entre ele e a religião, conforme se percebe pela mídia (2022b) e Dal Piva (2002).

Conforme a tese de Jorge Leite Júnior (2008), a definição do que é ser travesti ou transexual varia desde a nomenclatura linguística e as teorias de classe de grupos militantes até as esferas médica e psicológica, nas quais nunca houve de fato um consenso de identificação, de como as pessoas gostariam de ser tratadas

ao longo da abordagem. Uma possível resposta para esta situação é que cada travesti e transexual, além de ser diferente da visão heteronormativa, é singular em sua unicidade de vivências.

As pessoas se identificam de múltiplas formas, muitas vezes impostas por classes LGBTQIA+ ou científicas, o que prejudica os próprios indivíduos. O norte a ser seguido nesta pesquisa não é o de impor uma classificação para a definição de identidades, e sim mostrar que existem diferenças cromossômicas e ósseas no corpo transgênero feminino, o qual, ao invés de ser tratado, pode ser acolhido por centros médicos de referência, para que haja a mudança corporal e genital se assim desejar a pessoa, por meio de uma equipe multidisciplinar que não irá redigir um parecer se ela pode ou não realizar a redesignação sexual, e sim orientar a pessoa de acordo com suas experiências profissionais ao longo de observação da paciente. Porém, a decisão final sempre cabe ao indivíduo, a de fazer ou não cirurgias de transgenitalização.

Logo, a humanização deste processo de acolhimento médico e psicológico nesta pesquisa vai de encontro ao rompimento da postura monstruosa que transitou na sociedade desde o início do século XX até seu final. Há, de certo modo, mesmo que de forma lenta, no Brasil, esta mudança de paradigma, de que o acolhimento não é obrigatório, porém, ele pode ajudar mulheres transgêneras a tomar decisões sobre quais caminhos seguir (ANTRA, 2021).

Mídia e discurso: direitos e desafios

Autores e autoras, como Gregolin et.al (2003), na obra “Discurso e Mídia: a Cultura do Espetáculo”, mencionam que a História sob a abordagem de Michel Foucault não escapa da mídia e seus acontecimentos. Por meio de diálogos, lutas, poder e resistência, a mídia atrai um acontecimento que faz com que um dispositivo

se torne o centro de eclosão no cenário governamental, social e individual. Na história das formas políticas, suas práticas de discurso visam atingir um resultado almejado em redes de informação e comunicação que se interligam, se juntam, se distanciam, tornam-se pertencentes àquilo que é possível e desejável. É a função dos dispositivos discursivos modificar, alterar, recompor, romper e começar de novo se for preciso, de forma tênue, oblíqua, coletiva ou singular.

As formas de comunicação são múltiplas de articulações horizontais e verticais; o tempo muda o espaço e o território do passado histórico, porém, volta no presente e busca no futuro elementos que podem ser usados no hoje, no agora. Sendo assim, o passado histórico transforma o hoje, reinventando-o, modificando-o se necessário.

O novo não nasce do velho; o novo modifica o velho e o supera em circunstâncias subjetivas. Quem não tem passado para reconstruir seu presente, para melhorá-lo e até para superar o que já se passou, não tem História para contar seu discurso. O dispositivo da verdade é emoção para viver, razão para decidir, força para vencer (PIOVEZANI FILHO, et. al, 2003).

A motricidade do corpo, suas interpelações, seu suplício ao longo da História: em sua obra, Michel Foucault aborda a loucura, as prisões e a sexualidade por meio de dispositivos de um poder-saber arquegenealógico, embora tenha nos deixado em 1984, quando pairava o enunciado da “peste gay” como símbolo de raça inferior. O autor abordou a sexualidade sem adentrar na transexualidade em suas obras, pois na época, o tema era pouco mencionado ou sequer citado, mas deixou seu legado para que novos pesquisadores, em novos dispositivos, no transcorrer dos tempos, pudessem dialogar com a prática do saber-poder, rasgando velhas tendências e inovando a partir da História dos discursos existentes em outras práticas, que se interlaçam em redes como o intersexo, o medo da polícia e a medicalização do corpo não heteronormativo.

Estes fatores foram delineados ao longo do tempo no Grupo de Estudos de Análise do Discurso em Michel Foucault (GEADA), Web Série em A-D (2015), onde sua História traça redes de conhecimentos de experiências múltiplas que se entrelaçam ao remontar as redes discursivas foucaultianas com episódios sobre o corpo e as tensões políticas nos dias atuais, como por exemplo, a Marcha das Vadias, onde as mulheres buscam para si o direito de serem livres em si mesmas.

O discurso das drogas, da experimentação de LSD, no começo dos anos de 1980 na Califórnia, foi explanado pelo escritor Nilton Milanez e outros (2022) em “Foucault em Califórnia”. A obra debate sobre a amizade, as relações do escritor-autor consigo mesmo na governamentalidade de se auto gerir, de mostrar que pode haver um Eu escritor compartilhado com o mundo e um Eu intimista, cujo mundo é dele próprio, pois o não respeito à privacidade e à intimidade sempre foram elementos discursivos e dispositivos de poder em Foucault. O uso de drogas para si e para seus amigos em grupo é uma opção de vida destas pessoas, o que ainda hoje gera, em países como o Brasil, processos criminais de uso de drogas para consumo próprio, de modo que a pessoa pode ficar presa por até 90 dias por contravenção penal – um crime de menor potencial ofensivo, pois muitos juristas e o próprio Estado dizem que há diferenças entre contravenção e crime. Ora, se é de menor potencial em relação a outros, de maior potencial, ainda assim é um crime estatal em 2022 no Brasil. Mesmo sem abordar especificamente o tema, Milanez (2002) propõe o debate e levanta uma questão que já deveria estar resolvida, visto que o Código Penal em vigor data da década de 1940.

Os conteúdos de Michel Foucault nunca foram tão recentes e relevantes para as práticas discursivas, como se ele previsse o que estava por vir na França e em todo o mundo.

Autores e histórias do início das cirurgias de transgenitalização no Brasil mostram que na década de 70, no regime militar, havia descrença e negacionismo

por parte do governo em termos de políticas públicas voltadas aos que necessitavam de cirurgias, fossem elas genitais, faciais ou corporais, e ações contra os médicos que tentassem realizar tais procedimentos, que eram perseguidos e presos, como foi o caso do médico Roberto Farina, que operou o genital de uma mulher trans e foi condenado à prisão em São Paulo (REVISTA DIGITAL, 2018).

Com o passar dos anos, muitas lutas e conquistas foram acontecendo, como a possibilidade nos cartórios brasileiros de pessoas transgêneras mudarem de nome, independentemente de terem feito ou não qualquer procedimento cirúrgico, a partir da maioridade, o que hoje é possível pela vontade da pessoa; antes, em tempos não muito remotos, era necessária uma “batalha judicial” que perdurava por longos anos. Porém, ainda é um procedimento complexo para crianças e adolescentes menores de 18 anos, visto que o documento mais recente do Conselho Federal de Medicina, que permite procedimentos cirúrgicos e mudanças sociais a partir da maioridade, sofreu avanços em 2019, reduzindo a idade de exigências de 21 para 18 anos; ainda se cria um dilema para crianças e adolescentes trans, que ficam à mercê de normas pouco claras, porém ainda excludentes (GOVERNO, 2019).

O médico especialista Spizzirri, do Programa de Sexualidade para Transgêneros (ProSex) da Universidade de São Paulo, adotando como centro de suas pesquisas o Wpath (2012), além da Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais, 5ª edição, da Associação Psiquiátrica Americana (APA), conclui que a prevalência de pessoas trans no mundo é de 4,6 em 100 mil pessoas. O especialista aborda o que significa ser transgênero, além das práticas de bem estar para este grupo de pessoas por meio da ciência médica com embasamento social, para que haja assistência médica humanizada para a transição de quem possui a necessidade de mudança, bem como acolhimento psicológico e médico para transgêneros que não sentem a necessidade de intervenção cirúrgica (SPIZZIRRI,

2016).

Silva Junior (2018) analisa a mudança e a necessidade de intervenção cirúrgica para pessoas trans, para que se sintam bem em suas vidas, inclusive para ser uma mulher, se ver como mulher, e fazer coisas como participar de eventos de Miss Trans, ou seja, por meio inicialmente da assistência médica e social, a pessoa deste grupo pode e deve ser respeitada e ter uma vida normal, como qualquer outra mulher, sem distinção e discriminação por um dia ter nascido homem.

O escritor Michel Foucault, em seus livros d' "A História da Sexualidade", em especial em seu volume I, conforme mencionado anteriormente, embora cite e possamos ver sinais de estudos da transexualidade, não menciona a transgenitalização e sua necessidade para pessoas trans com disforia de gênero, levando os pesquisadores a citá-lo como um padrão dos estudos da sexualidade, mas para complementar seus estudos sobre a necessidade da transgenitalização cirúrgica, busca-se estudos pedagógicos e didáticos de documentos de médicos e especialistas sobre normas de transição; logo, busca-se a complementação daquilo que escritores que estudaram a sexualidade não abordaram em outros ramos da ciência, tornando o tema interdisciplinar e multidisciplinar. Porém, a área de ciências humanas não vem dialogando com outras, pelo contrário, vemos textos, protocolos e documentos da área médica em minuciosos detalhes, textualizados com linguagem humana e social, em contraste com a indiferença das ciências humanas, em especial dos sexólogos, que não saem do seu escopo técnico de conforto (FOUCAULT, 2014). Os documentos mais emblemáticos do assunto em discussão não vêm de pessoas de classes diferentes, como pedagogos, sexólogos, cientistas sociais, escritores, médicos e psicólogos, pelo contrário, vêm de médicos que estudam transição corporal cirúrgica, o que deixa à mercê os sujeitos que precisam de acompanhamento social internacionalizado e atual, como as novas normas de transição divulgadas pelo Ministério da Saúde em 2019 sobre transgenitalização

cirúrgica.

Trata-se de uma área de estudo pouco explorada nos dias atuais, na qual se tem tendências, porém não unívocas, pelo bem comum do sujeito, e cada classe com seu pensamento; despreocupada com os vários tipos de sujeitos trans que existem, a omissão gera uma impressão de que tudo está bem e não há mais nada a ser estudado (TONI JUNIOR, 2019).

O que esperar do futuro?

A transexualidade, durante muitos percursos, mostrou que a abordagem de ter a própria opinião e buscar orientação e acolhimento com profissionais como psicólogos é um norte para que se consiga reforçar o que uma trans busca em sua vida. Um profissional qualificado pode ajudar nas escolhas de uma mulher trans, mas sua opinião não deve ser vista como uma “sentença”; o acolhimento com profissionais multidisciplinares auxilia, mas a decisão definitiva deve vir sempre do sujeito que o busca.

O estudo do artigo de mulheres trans que buscam cirurgias, sejam elas quais forem, genitais, corporais ou faciais, é uma realidade, o que não significa que trans femininas que se sentem bem como estão devem buscar a cirurgia. Não! A felicidade é construída por sujeitos múltiplos, com decisões múltiplas, e cada um deve buscar sua felicidade conforme o que lhe faz bem (ANTRA, 2021).

A pesquisa deixa para reflexão levantar um discurso sobre teorias do que é ser travesti e transexual em uma vertente histórica, ou seja, como eram vistas e classificadas pessoas trans, inclusive por códigos de manuais de Medicina, e como esta tendência evoluiu na atualidade, sendo que o próprio Centro de Psiquiatria do ProSex da Universidade de São Paulo não mais usa a palavra “tratamento”, e sim “acolhimento” para se referir a transexuais que buscam a

mudança de seus corpos por não estarem bem como estão no momento atual.

Considerações finais

A visibilidade de pessoas transexuais femininas é diferente de apenas ter um corpo não estereotipado pelo ódio e pela vingança do governo atual, diferente do simples fato de existirem e, se existem, buscarem a verdade, carregarem seus saberes já adquiridos, suas experiências amargas e felizes sem serem xingadas, agredidas e mortas, além de violentadas pela instituição que deveria protegê-las.

A mulher trans diferencia-se de outros grupos LGBTQIA+ por não esconder seu brilho, seu batom, suas marcas, seu belo corpo feminino, que, quando descoberto por pessoas intolerantes, impede-as de continuar. Continuar? Sim, de ter uma vida normal, de ir às compras, de passear com seu animal de estimação. Em horários noturnos, têm que se recolher? A violência, seja ela simbólica ou brutalmente física, ocorre com todos, em especial com pessoas que insistem e lutam por existir; são 35 anos de expectativa de vida, frente aos 77 anos do restante da população brasileira.

Deve haver luta para que a ADO 26 vire lei, e que possamos sair de frente das telas de celulares desta geração Y, que faz sua revolução estática em uma rede social, sem sucesso algum, pois nada vai mudar desta forma. Devem ir para as ruas, lutar com respeito e dignidade, se manifestar para que os deputados aprovem leis para a classe LGBTQIA+, que não fiquem apenas como meros julgados, embora importantes; que as pessoas saibam sair de suas subjetividades individualistas e egocêntricas, de um mundo desigual e dividido pelo ódio, e possam, frente a frente com as instituições e pessoas que as agridem, lutar, reivindicar hoje e amanhã pelos direitos renegados.

A intenção é unir tendências humanas e biológicas, as quais muitas

peças veem como mundos distintos, porém, pode haver a convergência para o discurso entre as duas áreas do conhecimento, para que dialoguem de forma sintática e simbiótica, e quando se pergunta o porquê do diálogo e da união para melhorar a vida das pessoas trans, a resposta é: “Eu sou acolhedor”. Acredito que falte a junção de ambas, pois a ciência, se não for para ajudar a melhorar vida das pessoas e ajudá-las a encontrar seu “norte” de vida, não serve para outras finalidades, em especial no que diz respeito à vida e à dignidade das pessoas.

Logo, uma eventual rivalidade, caso ainda exista, é perversa e deve ser minimizada com o diálogo do pesquisador, e com o tempo tende a se reduzir; que ambas sejam, cada uma com suas tendências, fonte de acolhimento para as pessoas que as buscam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Boletim Nº 002-2021. Brasil tem 89 Pessoas Trans Mortas no 1º Semestre em 2021, sendo 80 Assassinatos, 9 Suicídios. Houve ainda 33 Tentativas de Assassinatos e 27 Violações de Direitos Humanos. Brasil, 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 2019. **Autoria:** Presidência da República. 2020. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/135064>>. Acesso em: 14, abr. 2022.

DAL PIVA, Juliana. O Negócio do Jair. A História proibida do clã Bolsonaro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. Ditos e Escritos. Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade. Volume IX. Org. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2014.

Governo. Resolução N. 2265 de 20 de setembro de 2019. Dispõe sobre cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1995/2010. Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294>>. Acesso em: 12, jul. 2020.

GEADA. Grupo de Estudos de Análise do Discurso - Araraquara. Análise do Discurso com Michel Foucault. Coordenadora: Maria do Rosário Gregolin. Web-série AD com Michel Foucault. 2015. Disponível em: <http://geadaararaquara.blogspot.com/p/ad-com-michel-foucault_9.html>. Acesso em: 25, abr. 2022.

HOMRICK, Lalo Nopes. Transsexuais em Telenovelas. A Construção de Personagens na Rede Globo. Florianópolis: Editora Insular, 2020.

Leite Junior, Jorge. Nossos Corpos também mudam. Sexo, Gênero e a Invenção das

Categorias “Travesti” e “Transsexual” no Discurso Científico. Pontifícia Universidade Católica (PUC). Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo, 2008.

PIOVEZANI FILHO, Carlos et. al. Discurso e Mídia: A cultura do espetáculo. Org. Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Editora Clara Luz, 2003.

Revista Virtual Globo. Monstro, Prostituta, Bichinha, como a Justiça Brasileira condenou o primeiro médico a fazer a primeira cirurgia de mudança de gênero male to female no Brasil. 2018. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/monstro-prostituta-bichinha-como-a-justica-condenou-a-1a-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-do-brasil-e-sentenciou-medico-a-prisao.ghtml>> Acesso em: 15, set. 2020.

MEIRELLES, Wesley Silva. Criminalização da Homofobia: Análise do Julgamento da ADO n.26 pelo STF. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Brasília, 2020.

MÍDIA 1. Campanha Eleitoral 2022. Eleições 2022: Comercial Bolsonaro — Michelle fala sobre transposição do Rio São Francisco (30/08). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=_bjsZCsKYV0>. Acesso em: 19, abr. 2022.

MÍDIA 2. Michelle Bolsonaro: Portas do inferno não prevalecerão contra nossa família. 2022b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=URsfaql9YDA>>. Acesso em: 14, abr. 2022.

MILANEZ, Nilton; KOGAWA, João e FIGUEIRA BORGES, Guilherme. Foucault na Califórnia. Uma Experiência - Limite do Corpo no Manuscrito de Simeon Wade. Série Corpo é Discurso. Labedisco, 2002.

SILVA JUNIOR, Aureliano Lopes, Da Feminização, estigma e o gênero facializado: a construção moral do gênero feminino por meio de cirurgias de feminização facial para travestis e mulheres transexuais. 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/sausoc/v27n2/1984-0470-sausoc-27-02-464.pdf> Acesso em: 14, out. 2020

SPIZZIRRI, Giancarlo. Disforia de gênero em indivíduos transexuais adultos: aspectos clínicos e epidemiológicos. 2016. Disponível em:

<https://doi.org/10.23925/2318-5023.2022.n6.e60862>



<https://www.researchgate.net/publication/325019388_Disforia_de_genero_em_individuos_transexuais_adultos_aspectos_clinicos_e_epidemiologicos.> Acesso em: 21, dez. 2020.

World Professional Association for Transgender Health (WPATH). Normas de atenção às pessoas trans e com variabilidade de gênero. 2012. Disponível em: <https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20V7_Portuguese.pdf.> Acesso em: 01, mai. 2020.

TONI JUNIOR, C, N. Corpos Estranhos. Identidade Transexual em Busca da Felicidade. Anais. XIX Encontro Ibero-Americano de Educação (EIDE). p. 310. Araraquara, 2019.